

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil		
Folha	1 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA				
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:					Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:					Data Revisão	26/03/2025
		Vigência		Mar/2026		
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada			
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.						

Código de Ética

2º Ofício de Pacatuba-CE

CARTÓRIO ELINALVA HENRIQUE

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil
Folha	2 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA		
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:				
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:				
				Revisão: 04 Data Revisão 26/03/2025 Vigência Mar/2026
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada	
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.				

Este Código estabelece os princípios fundamentais e as normas de conduta de todos os colaboradores que fazem parte do **Cartório Elinalva Henrique**, estando os mesmos vinculados a este instrumento em todas as ações e atividades que produzem em nome da serventia.

1.1. Missão:

Prestar ao público serviços Notariais e Registros com qualidade, garantindo a publicidade, autenticidade e segurança jurídica dos atos praticados.

1.2. Visão 2025:

Permanecer como referência Nacional de Serventia Extrajudicial e no Notariado Internacional, mantendo padrões de excelência e conquistando o Prêmio de Qualidade Total – PQTA da Anoreg BR.

1.3. Valores:

VALORES	
Equipe motivada	Ética
Excelência no atendimento	Celeridade
Responsabilidade socioambiental	Segurança Jurídica
Inspire o mundo, crie o futuro	Diversidade Humana e Cultural

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil
Folha	3 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA		
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass.:				
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:				
				Revisão: 04 Data Revisão 26/03/2025 Vigência Mar/2026
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 	(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada		
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030 da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.				

2. Princípios

Cada colaborador é responsável por manter-se à parte de interesses conflitantes ou competitivos, sendo à dignidade da pessoa humana o nosso primeiro fundamento.

São princípios fundamentais do comportamento do grupo de colaboradores do Cartório:

- Trabalhar com base no cumprimento da legislação, especialmente das Normas de Serviços para o Extrajudicial, da Lei nº. 8.935/94 e Lei 6.015/73 (Registros Públicos).
- Zelar pela classe cartorária.
- Prestar serviços que são de sua competência com honestidade, transparência, rigidez e eficiência, preservando ainda o sigilo necessário.
- Zelar pela qualidade do serviço prestado, promovendo condições de contínuo aprimoramento, atualização e capacitação profissional.
- Informar e orientar o usuário de maneira clara, concisa, segura e em linguagem acessível sobre os serviços prestados, sem discriminação de qualquer ordem.
- Conduzir a prestação dos serviços em acordo com os princípios éticos bem estabelecidos.
- Tratar com respeito, cortesia e honestidade os colegas de trabalho e o público em geral.
- Prestar o serviço de forma independente e livre de favorecimento pessoal e/ou obtenção de benefícios indevidos.
- Responsabilizar-se integralmente pelo trabalho executado e pelas suas consequências, assim como pela comunicação dos atos envolvidos no exercício do serviço.
- Não fazer ao outro aquilo que não quer que o outro faça a você (atitude passiva); e fazer ao outro aquilo que quer que o outro faça a você (atitude proativa). (Lei de Ouro da Ética).
- Comprometer-se com a execução do trabalho de forma a corresponder à confiança que é depositada.
- Criar um ambiente de trabalho organizado, movendo-se pelo espírito de serviço e de indispensável direção ao bem comum.

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil
Folha	4 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA		
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass.:				
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:				
				Revisão: 04 Data Revisão 26/03/2025 Vigência Mar/2026
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 	(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada		
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030 da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.				

3. Da ética do oficial e de seus prepostos

Dos deveres éticos:

O exercício da atividade registral visa à organização técnica e administrativa destinado a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos. O exercício de tal atividade envolve os seguintes deveres (segundo artigo 30 da Lei Federal 8.935/1994):

- Manter em ordem livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros;
- Atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza;
- Atender prioritariamente as requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em juízo;
- Manter em arquivo as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade;
- Proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada;
- Guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão;
- Afixar em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, as tabelas de emolumentos em vigor;
- Observar os emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício;
- Dar recibo dos emolumentos percebidos;
- Observar os prazos legais fixados para a prática dos atos do seu ofício;
- Fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que devem praticar;
- Informar e recolher os valores relacionados aos atos praticados conforme especificados na tabela de custas do Estado. (Lei de Custas e Emolumentos);

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil				
Folha	5 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA						
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:								
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:								
				Revisão: 04 <table border="1"> <tr> <td>Data Revisão</td> <td>26/03/2025</td> </tr> <tr> <td>Vigência</td> <td>Mar/2026</td> </tr> </table>	Data Revisão	26/03/2025	Vigência	Mar/2026
Data Revisão	26/03/2025							
Vigência	Mar/2026							
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 	(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada						
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.								

- Facilitar, por todos os meios, o acesso à documentação existente às pessoas legalmente habilitadas;
- Encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados, obedecida à sistemática processual fixada pela legislação respectiva;
- Observar as normas técnicas estabelecidas pelo juízo competente;
- Ser assíduo e pontual;
- Cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestadamente ilegais (por nota de devolução devidamente fundamentada); as ordens superiores devem ser atendidas desde que estejam de acordo com a lei, evitando favorecimento pessoal;
- Representar aos superiores (titulares e/ou substitutos) sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções;
- Zelar pela economia do material da serventia e pela conservação do que foi confiado a sua guarda ou utilização;
- Apresentar-se convenientemente trajado ou com uniforme determinado, quando for o caso;
- Cooperar e manter o espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho;
- Proceder ao juízo de qualificação de forma independente, prudente e indelegável;

4. Relacionamento com seus Usuários

- Prestar informações claras e inequívocas a respeito dos serviços prestados pela serventia;
- Calcular, com a maior precisão possível, o depósito prévio (orçamento) a ser fornecido à parte, informando que poderá haver diferença a receber ou a devolver, evitando assim transtornos de qualquer natureza, favorecendo o estabelecimento de vínculo de confiança entre o prestador de serviço e o usuário;
- Efetuar a devolução dos valores quando, por qualquer forma, o serviço contratado não puder ser praticado, descontando os valores das custas e emolumentos (quanto cabível);

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil
Folha	6 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA		
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:				
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:				
		Revisão: 04 Data Revisão 26/03/2025 Vigência Mar/2026		
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 	(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada		
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030 da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.				

- Obedecer com pontualidade o expediente ao público;
- Observar os prazos previstos em lei para a entrega dos títulos/atos notariais e, quando possível, entregá-los antecipadamente;
- Zelar pela guarda e conservação dos títulos e documentos entregues pela parte, ficando vedada a retenção de documentos não prenotados/protocolados;
- Fazer o atendimento ao público de forma indistinta, evitando o favorecimento de uns e a discriminação de outros;
- Recusar terminantemente recompensas e benefícios de quaisquer naturezas em troca da prestação de serviços;
- Respeitar a prioridade de atendimento ao público usando como critério exclusivo a ordem de chegada, excetuando-se os idosos, portadores de necessidades especiais, gestantes etc. O atendimento será prestado rigorosamente para aqueles que estiverem no recinto, e tiverem retirado senha dentro do horário de expediente;
- Agir de forma imparcial, ou seja, eximindo-se de expressar opiniões que exorbitem os limites da função;
- Manter sob sigilo as informações relacionadas à prestação do serviço, exceto quando solicitadas pela parte interessada quando devidamente identificada.

5. Da relação com os Colegas de Trabalho

- Exigir cooperação e ajuda de um à medida que esta é prestada;
- Evitar condutas que gerem - deliberadamente ou não - prejuízo para o colega de trabalho;
- Sinalizar diretamente para o responsável pelo ato quaisquer erros encontrados, de maneira assertiva;
- Relacionar-se com imparcialidade e profissionalismo com o colega de trabalho, evitando que possíveis conflitos pessoais influenciem na execução e no bom andamento do trabalho;

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil		
Folha	7 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA				
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:					Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:					Data Revisão	26/03/2025
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável			(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada		
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030 da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.						

- Responsabilizar-se pela resolução de problemas pendentes antes de se ausentar;
- Manter o espírito de solidariedade e lealdade para com os colegas;
- Agir com comprometimento;
- Auxiliar na promoção do desenvolvimento pessoal próprio e do colega;
- Demonstrar coerência entre os atos e as motivações destes.

6. Integridade Profissional e Pessoal

- Empregar, no exercício das suas funções, a mesma atitude que qualquer pessoa honrada e de caráter íntegro empregaria na relação com outras pessoas e na administração dos seus próprios negócios;
- Atuar sempre em defesa dos melhores interesses da Serventia, mantendo sigilo dos serviços prestados pela Serventia e informações de seus usuários;
- Avaliar cuidadosamente situações que possam caracterizar conflito entre os seus interesses e os da Serventia e/ou conduta não aceitável do ponto de vista ético - mesmo que não causem prejuízos tangíveis ao Cartório;

Em particular, **NÃO** são aceitáveis as seguintes condutas:

- Usar seu cargo, função ou informações sobre o cartório ou de seus usuários, para influenciar decisões que venham a favorecer interesses próprios ou de terceiros;
- Usar equipamentos e outros recursos do Cartório para fins particulares, quando não autorizados;
- Usar para fins particulares ou repassar a terceiros, tecnologias, metodologias, *know how* e outras informações de propriedade do cartório ou por ela desenvolvidas ou obtidas;

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil			
Folha	8 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA					
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:						Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:						Data Revisão 26/03/2025 Vigência Mar/2026	
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 	(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada					
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.							

- Em nenhuma hipótese, a exploração do trabalho infantil e/ou escravo reservando-se o direito de não contratar serviços ou ter relacionamento comercial com organizações, entidades e ou instituições que adotem essa prática;
- A Serventia repudia o trabalho infantil e não compactua com quaisquer situações que potencialmente envolvam o trabalho irregular de adolescentes menores de 16 anos (exceto quando na condição de jovens aprendizes, a partir dos 14 anos);
- A serventia é contra o trabalho análogo ao escravo e situações que potencialmente envolvam coerção, castigos a qualquer pretexto, medidas disciplinares degradantes ou punição pelo exercício de qualquer direito fundamental. A serventia não compactua com tais práticas na utilização de seus serviços e em sua cadeia de valor. O cartório ainda se compromete publicamente a apoiar a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que busca erradicar o trabalho infantil e práticas discriminatórias, bem como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU;
- Qualquer forma de negligência, discriminação, crueldade, violência, exploração sexual e pornografia nas atividades da serventia, na utilização dos seus serviços e em sua cadeia de valor;
- Nos processos de recrutamento e seleção, treinamento, remuneração, comunicação, promoção, desligamento, transferência ou quaisquer outros fatores relativos ao desempenho profissional, qualquer forma de discriminação relativa à raça, gênero, orientação sexual, cor, religião, idade, origem étnica, incapacidade física ou mental e/ou qualquer outra classificação protegida por leis federais, estaduais ou municipais;
- Qualquer conduta que possa criar um ambiente de trabalho hostil, intimidador e ofensivo; assim, qualquer atitude ou conduta que se configure como ofensiva à moral ou à integridade física - como assédio moral e sexual – acarretará severas penalidades;

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil
Folha	9 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA		
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:				
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:				
				Revisão: 04 Data Revisão 26/03/2025 Vigência Mar/2026
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada	
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030 da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.				

- A Serventia é contra qualquer forma de intimidação ou assédio sexual, moral, religioso, político ou organizacional e propicia ambientes de trabalho que promovam a realização pessoal e ofereçam perspectivas de desenvolvimento humano e profissional;
- A Serventia é contra qualquer forma de discriminação, violência ou atentado aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes e a quem produz, reproduz, registra, por qualquer meio, cenas de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, e/ou ainda quem agencia, facilita, recruta, coage ou intermedeia a participação de criança ou adolescente nessas cenas;
- O consumo de bebida alcoólica e drogas ilegais, bem como estar sob efeito destas durante a jornada e/ou no ambiente de trabalho;
- Manifestar-se em nome do cartório quando não autorizado ou habilitado para tal.

São exemplos de conduta esperada e compatível com os valores da Serventia e a busca por resultados:

- Reconhecer honestamente os erros cometidos e comunicar imediatamente seu superior;
- Questionar as orientações contrárias aos princípios e valores da Serventia;
- Apresentar críticas construtivas e sugestões visando aprimorar a qualidade do trabalho.

7. Da relação com seus Fornecedores e Parceiros

- Os fornecedores têm influência direta sobre a qualidade dos produtos e serviços da Serventia. O Cartório valoriza a relação de parceria e leva em consideração o que é bom para ele, os seus fornecedores e os demais públicos envolvidos;
- A relação com os fornecedores deve ser caracterizada pela observância dos preceitos do Código de Ética. A Serventia pratica a livre concorrência, a transparência e a imparcialidade no processo de contratação de fornecedores, bem como o rigoroso cumprimento dos contratos;

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil			
Folha	10 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA					
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:						Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:						Data Revisão 26/03/2025	Vigência Mar/2026
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada				
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.							

- O incentivo às boas práticas, valorizando as questões de sustentabilidade, deve ser buscado constantemente. Serão especialmente observadas as práticas do fornecedor referentes a assuntos como meio ambiente, consumo consciente, trabalho infantil e análogo ao escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusão social, cumprimento da legislação, entre outros;
- A escolha e contratação de fornecedores devem basear-se em critérios técnicos, profissionais e éticos e ser conduzida por meio de processos pré-determinados que assegurem à Serventia e seus usuários a melhor relação custo-benefício;
- Deve-se buscar, nesses parceiros, identificação com a nossa missão e valores, bem como comprometimento nas relações. É vedada a relação de negócios com fornecedores de reputação duvidosa, que explorem direta ou indiretamente mão-de-obra infantil ou escrava, bem como os que não atendam à legislação em vigor;
- A relação entre a Serventia e seus fornecedores deve ser harmoniosa e transparente, de forma a garantir qualidade e confiabilidade nos serviços contratados;
- A gestão dos contratos deve acontecer de forma a assegurar os direitos e deveres entre as partes, observando-se sempre os prazos de validação dos serviços prestados neles vigentes, bem como pagamentos e eventuais prorrogações, para assim garantir a qualidade dos serviços contratados e o perfeito andamento daqueles por nós oferecidos;
- A Serventia não compactua com a exploração sexual de menores em sua cadeia de valor, assim, como não aceita a utilização de seus serviços por clientes/usuários que possam explorar esta atividade. Qualquer fornecedor ou cliente/usuário que tiver qualquer envolvimento, direto ou indireto, com este tipo de situação será descredenciado e denunciado às autoridades competentes;
- Agir com equilíbrio nas negociações e na celebração de contratos;
- Manter o compromisso com a qualidade e eficiência em todas as etapas de trabalho;

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil		
Folha	11 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA				
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:					Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:					Data Revisão	26/03/2025
		Vigência		Mar/2026		
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada			
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030 da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.						

- Manter sigilo das informações;
- Não realizar qualquer tipo de publicação sem autorização do responsável;
- Não receber compensação de mais de uma parte pelo mesmo serviço, sem conhecimento de todas as partes envolvidas com o serviço;
- Acreditar no impacto positivo que o nosso trabalho produz em termos humanos, econômicos, sociais e ambientais;
- Agir sempre com confiança mútua e zelo em relação aos seus fornecedores e parceiros.

8. Da Relação com a Comunidade

- Deve-se apoiar políticas que promovam o desenvolvimento humano por meio de relações harmoniosas entre Serventias e comunidade;
- Deve-se conhecer as necessidades da comunidade na qual está inserido, respeitar sua integridade cultural e colaborar, por meio de ações sociais, para a elevação de seu padrão de vida, contribuindo para o desenvolvimento humano;
- Estimular a participação dos colaboradores em assuntos cívicos e eventos comunitários;
- Desenvolver e participar de programas de abrangência social, através de instituições públicas e comunitárias, organizações não-governamentais, escolas, postos de saúde, entre outros.

9. Relações com o Setor Público

- Observar os mais elevados padrões de honestidade e integridade em todos os contatos com a Corregedoria e funcionários do setor público, evitando sempre que sua conduta possa parecer imprópria;
- Ao defender os interesses da Serventia, agir com confiança nos padrões de atuação e observar sempre os mais elevados princípios éticos e o respeito às leis e normas vigentes.

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil			
Folha	12 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA					
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass.:						Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:						Data Revisão 26/03/2025 Vigência Mar/2026	
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 	(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada					
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.							

10. Da Relação com Seus Pares

- Respeitar a propriedade intelectual e autoria, reconhecendo o trabalho e o mérito de seus pares;
- Respeitar as regras básicas da competição e lealdade, empenhando-se pelo trabalho em equipe e méritos do grupo;
- Não devem ser feitos comentários que possam afetar a imagem de outros cartórios ou contribuir para a divulgação de boatos sobre eles;
- Tratar as demais Serventias com o mesmo respeito com que a Serventia espera ser tratada.

11. Da Execução do Serviço

- Executar o trabalho de acordo com as exigências legais pertinentes, sem exceções, omissões, e de forma a trazer segurança jurídica para as partes envolvidas. Na falta do amparo legal, a segurança jurídica deve ser buscada na pessoa do juiz corregedor permanente;
- Distribuir funções entre os prepostos de acordo com a sua capacidade e merecimento;
- Obedecer à ordem pré-estabelecida para a distribuição do trabalho, com o intuito de favorecer uma divisão mais justa de tarefas e de evitar que o custo de resposta envolvido na atividade seja adotado como critério de escolha;
- Responsabilizar-se pelos atos praticados, evitando inclusive omissões de quaisquer ordens;
- Evitar analisar documentos de forma desatenta.
- É vedada a execução de trabalhos que tenham documentação incompleta;
- Executar o trabalho dentro do prazo determinado e nas dependências do cartório;
- Abster-se de prestar serviço, desde a recepção até o registro, lavratura do ato notarial ou devolução, quando o título for de interesse pessoal, estendendo-se a parentes mais próximos (Imparcialidade);

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil		
Folha	13 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA				
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:					Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:					Data Revisão 26/03/2025	Vigência Mar/2026
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada			
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.						

- Respeitar os limites da territorialidade da comarca e das suas atribuições para a prática dos atos delegados pelo poder.

12. Saúde e Segurança no Trabalho

- A serventia zela pela saúde e segurança do trabalho em suas atividades e nas relações de trabalho. O cartório garante um ambiente seguro e condições previdenciárias e assistenciais que propiciem melhoria da qualidade de vida e facilitem o bom desempenho profissional. A serventia tem o compromisso com a conformidade legal em relação aos aspectos de sustentabilidade em toda a sua unidade, atividades, e/ou serviços, com uma abordagem preventiva em relação à sustentabilidade e com a direcional de melhoria contínua de seu desempenho neste segmento. A serventia divulga às partes interessadas conteúdo sobre sustentabilidade, o que inclui a adoção de procedimentos e mídias compatíveis com os diferentes públicos.
- O tema de sustentabilidade gera programas orientados para o público interno da serventia, em relação à comunicação, conscientização e monitoramento do comprometimento dos seus colaboradores.

13. Violência Contra Mulher

- A Serventia, gestores, coordenadores e colaboradores se preocupam e olham as colaboradoras com cuidado – verificando a possibilidade de sinais de abuso e violência;
- O Cartório realiza sensibilizações e treinamentos sistêmicos das lideranças sobre o tema, a fim de criar canais que permitam que as vítimas possam buscar apoio e auxílio na própria serventia sem críticas ou julgamentos;
- A Serventia possui campanhas de conscientização sobre a violência contra Mulher, Crianças e Adolescentes;
- Divulgação dos canais de denúncia. *E-mail* interno (ouvidoria@elinalvahenrique.not.br); “**Ligue 180**”, um serviço disponibilizado pelo Governo Federal, que funciona 24 horas por dia.

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil
Folha	14 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA		
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:				
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:				
		Revisão: 04 Data Revisão 26/03/2025 Vigência Mar/2026		
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 	(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada		
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.				

Por meio desse canal, a mulher pode saber onde existe um Centro de Referência de Atendimento à Mulher ou uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher.

14. Propaganda e Publicidade

- As ações de *marketing* e de publicidade da Serventia são fundamentais na preservação da imagem de respeitabilidade e confiança da Serventia junto aos diferentes públicos, devendo expressar a honestidade e a integridade das suas políticas e práticas;
- Toda e qualquer informação, fato, evento, ou ação mercadológica deverá atender aos princípios aqui estabelecidos, e não deve, sob qualquer hipótese, levar a informações difamatórias, discriminadoras, falsas e/ou incorretas;
- Toda e qualquer publicação - tais como artigos, anúncios, catálogos, folhetos, encartes, filmes publicitários ou qualquer outra peça publicitária, bem como outros materiais de promoção da Serventia - deve corresponder de modo fidedigno às políticas e práticas éticas estabelecidas pela Serventia, e ser devidamente autorizada pelo Titular.

15. Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia

- Todos os colaboradores e prestadores de serviços são responsáveis pelo uso, manutenção e proteção do patrimônio da Serventia, tais como suas dependências e equipamentos;
- Cabe ao Titular a responsabilidade de estabelecer e comunicar aos seus colaboradores as políticas e procedimentos necessários para a preservação adequada dos recursos materiais e físicos da Serventia;
- Os ativos e recursos da serventia não devem ser utilizados para a obtenção de vantagens ilícitas ou indevidas, pessoais ou para terceiros, direta ou indiretamente;
- A remoção ou utilização não autorizada de material, bem físico ou equipamento pertencente à Serventia é considerada ato ilícito e passível de aplicação da legislação.

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil		
Folha	15 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA				
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:					Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:					Data Revisão	26/03/2025
		Vigência		Mar/2026		
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada			
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030 da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.						

16. Prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal

Todos os colaboradores devem observar os mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento de terrorismo e à sonegação fiscal, nos termos do Provimento nº 161/2024, da Corregedoria Nacional de Justiça e demais legislações.

17. Lei Geral de Proteção de Dados

- No que tange aos dados pessoais, a realização das atividades desenvolvidas pela serventia é viabilizada por meio do acesso a plataformas digitais e à informação, que incluem os dados pessoais de colaboradores, usuários e/ou demais *stakeholders* pertinentes coletados e mantidos pelo cartório. Assim, é fundamental resguardar as operações da serventia relacionadas à Segurança da Informação, bem como a proteção de direitos fundamentais de liberdade e de privacidade de cada pessoa. Portanto, em consonância com a Lei nº 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e alterações posteriores, o titular, substitutos, colaboradores, estagiários, menores aprendizes e prestadores de serviços (fornecedores) deverão efetuar o tratamento dos dados pessoais dos envolvidos de acordo com as leis e provimentos vigentes e com boa-fé, observando a finalidade para a qual se destinam estes dados e a necessidade deste tratamento. Na condução das atividades da serventia, se for indispensável o compartilhamento dos dados pessoais dos colaboradores, usuários, estagiários/menores aprendizes, fornecedores, dentre outros *stakeholders*, deverá se certificar se foram adotados os cuidados com a preservação da confidencialidade destes dados e estrita finalidade para a qual foram compartilhados. Nos demais casos, é terminantemente proibido o compartilhamento dos dados pessoais mantidos pela serventia.

18. Ouvidoria

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil
Folha	16 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA		
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:				
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:				
				Revisão: 04 Data Revisão 26/03/2025 Vigência Mar/2026
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada	
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.				

- A Ouvidoria é a instância responsável pela apuração dos casos de violação deste Código de Ética. Tem por atribuição prestar orientação, responder a consultas, fiscalizar e exigir o cumprimento de seus preceitos, além de instaurar processo ético disciplinar em conformidade com o regimento próprio.

19. Canais de Denúncia

A disponibilização de canais de acesso, abertos e amplamente divulgados, expressa o compromisso da serventia com o cumprimento efetivo deste Código de Ética e com a LGPD. Os atos que contrariarem este Código ou dúvidas à sua aplicação ou interpretação podem ser comunicados ao Comitê, inclusive por meio do e-mail ouvidoria@elinalvahenrique.not.br, pesquisas de satisfação existentes na serventia, na aba Contato - **Ouvidoria** (www.elinalvahenrique.not.br), sendo assegurados a confidencialidade, o anonimato da denúncia e resguardando o sigilo da comunicação.

20. Confidencialidade - Uso e Registro das Informações (Ativos Intangíveis)

- Os documentos apresentados pelas partes são arquivados e de propriedade da Serventia e não podem ser utilizados fora da mesma ou serem divulgados, a não ser que devidamente autorizados pelo titular, de acordo com legislação pertinente;
- Todos os programas, planos e projetos, desenvolvidos ou criados durante o tempo de atividades junto à Serventia são de propriedade da Serventia;
- Esse material somente poderá ser retirado ou divulgado quando do cumprimento de deveres da atividade profissional em nome da Serventia e deverá ser devolvido e mantido nos arquivos da mesma;

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil		
Folha	17 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA				
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:					Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:					Data Revisão 26/03/2025	Vigência Mar/2026
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada			
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.						

- Cada colaborador e prestador de serviços deve zelar para que as informações de propriedade da Serventia fiquem devidamente protegidas e não possam ser acessadas por pessoal não autorizado;
- Conferências, palestras e apresentações referentes a Serventia ou contendo informações sobre as suas atividades só poderão ser realizadas mediante autorização prévia do Titular;
- Qualquer solicitação externa ou de colaboradores para realização de trabalhos acadêmicos/escolares que tenham como foco as atividades da Serventia, desde que não se refiram a assuntos e informações estratégicas, deverá ser autorizada pelo Titular;
- Todos os colaboradores são responsáveis pela informação segura e precisa contida nos registros e documentações que dão sustentação para as atividades da Serventia, portanto devem assegurar a correção e adequação dos dados, bem como devem manter e salvaguardar toda a documentação de acordo com os procedimentos estabelecidos e as exigências da política de controle e proteção dos ativos da Serventia;
- Manter reserva quanto a informações confidenciais a que tiver acesso no desempenho profissional;
- Em caso de necessidade de consulta ou discussão de assuntos de usuários com terceiros, os envolvidos devem ser previamente consultados.

21. Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação

- Os recursos e equipamentos de comunicação eletrônica são bens da Serventia para uso exclusivo das atividades de seu interesse;
- A Serventia reserva-se o direito de controlar e monitorar o acesso à Internet de todos os equipamentos interligados ao seu sistema de tecnologia da informação;
- O acesso à internet e ao telefone, bem como o uso de e-mails, software, hardware, equipamentos e outros bens da Serventia devem ser restritos à atividade profissional. A

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil
Folha	18 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA		
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:				
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:				
				Revisão: 04 Data Revisão 26/03/2025 Vigência Mar/2026
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada	
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.				

serventia tem por direito acesso aos registros de uso de internet, e-mail e informações armazenadas em seus computadores, telefonia móvel e fixa;

- Todas as informações da serventia passíveis de divulgação estão disponíveis no nosso sítio eletrônico (**www.elinalvahenrique.not.br**), portanto não se admite a transmissão pela Internet de qualquer informação ou documento interno, de caráter confidencial;
- Cada colaborador é corresponsável pelo envio, manutenção e proteção dos dados, arquivos ou outros materiais e informações da Serventia, de acordo com a Política de Proteção de Dados do cartório;
- Todos os que fazem uso da Internet como meio de comunicação devem fazê-lo em seu próprio nome, nunca como outra pessoa, não se admitindo o uso de qualquer outra senha a não ser a sua própria;
- Nenhum software que não cumpra as políticas da Serventia ou os acordos de licenciamento e direitos autorais aplicáveis a cada situação pode ser adicionado ao sistema de comunicação eletrônica da Serventia;
- Não se admite a transmissão de arquivos, imagens, jogos interativos, ou mensagens que não sejam de interesse da Serventia;
- Todo colaborador deve usar os recursos disponíveis de comunicação eletrônica única e exclusivamente para fins profissionais dentro das exigências legais e segundo os princípios éticos deste Código, sendo assim, não deve transmitir comentários difamatórios, usar linguagens, imagens ou arquivos que sejam ofensivos ou induzam qualquer forma de discriminação.

22. Propriedade Intelectual

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil			
Folha	19 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA					
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:						Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:						Data Revisão 26/03/2025	Vigência Mar/2026
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada				
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.							

- Os colaboradores devem proteger e salvaguardar os documentos, as ideias, os programas, planos e projetos concebidos pela Serventia ou desenvolvidos pelos colaboradores quando e durante o tempo de seu vínculo profissional.

23. Meio Ambiente

- Todos os colaboradores devem conduzir suas operações, seus projetos e seus serviços em conformidade com as regulamentações aplicáveis:
 - Usando recursos naturais sem prejuízo ao meio ambiente e de forma racional;*
 - Armazenando e descartando resíduos de acordo com as normas e regulamentações sanitárias;*
 - Uso de materiais de origem certificada;*
 - Usando material reciclável, sempre que isso for viável;*
 - Incentivando a reciclagem de materiais, sempre que isso for viável;*
 - Projetando novas instalações e reformas de modo a se integrarem, sem prejudicar o equilíbrio natural do ambiente;*
 - Considerando o uso de energia renovável;*
 - Realizando o reuso de águas pluviais e de ar condicionados;*
 - Instalando equipamentos de controle e preservação das melhores condições ambientais, de forma a garantir a mínima poluição do ar, sonora e visual;*
 - Identificar perigos, avaliar riscos e, sempre que possível, iniciar ações corretivas e preventivas bem como levar o assunto ao conhecimento do Titular/Substitutos;*
 - Informar imediatamente quaisquer acidentes e/ou incidentes relacionados ao meio ambiente à direção para possibilitar a investigação das causas e dar início a medidas corretivas e preventivas; e*

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil			
Folha	20 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA					
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:						Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:						Data Revisão 26/03/2025 Vigência Mar/2026	
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 	(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada					
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.							

- Quando aplicável pela legislação local, informar imediatamente os acidentes e/ou incidentes às autoridades competentes.

24. Conflito de Interesses

Configura conflito de interesse quando o interesse de um colaborador se sobrepõe aos objetivos e interesses do cartório, proporcionando algum benefício para o próprio colaborador ou para terceiros. Todos os colaboradores devem atuar sempre em defesa dos interesses legítimos do Cartório e de seus clientes, mantendo os atos e as informações a que tem acesso em absoluto sigilo. Como exemplo de conflito de interesse:

Envolvimento em atividades que utilizem informações privilegiadas recebidas pelo colaborador em razão do cargo exercido no Cartório.

Em qualquer situação que suscite conflito de interesses, é de responsabilidade do profissional a declaração de tal fato, bem como a renúncia à posição que gerou ou geraria potencialmente o conflito.

25. Medidas Disciplinares

Descumprimentos de normas e regras da SERVENTIA não podem ser tolerados e são passíveis de punição. Reincidências, inclusive o descumprimento de planos de ação traçados por processos de auditoria, após a devida orientação, também é sujeito a medidas disciplinares. São punições possíveis (colaboradores):

1. Advertência verbal;
2. Advertência por escrito;
3. Suspensão;
4. Demissão sem justa causa;
5. Demissão por justa causa.

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil			
Folha	21 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA					
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:						Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:						Data Revisão	26/03/2025
		Vigência	Mar/2026				
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada				
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.							

A aplicação de penalidades deve ser feita, tanto quanto possível, logo em seguida à falta cometida utilizando-se o **RELATÓRIO DISCIPLINAR** (modelo anexo), sob pena de caracterizar o perdão tácito. Admite-se um período maior de tempo para a aplicação de penalidade quando a falta requerer apuração de fatos e das devidas responsabilidades. As sanções devem ser justas, razoáveis e proporcionais à falta cometida. Faltas semelhantes devem receber sanções semelhantes.

O Processo Ético-disciplinar será instaurado pelo Ouvidor/Titular para as denúncias apresentadas, inclusive pelos Canais de Denúncia, que evidencie fundamentos para análise da Conduta Ética do processo ou pessoa denunciada. As providências serão determinadas pelo Ouvidor/Titular, observando os seguintes itens:

- Violação de segredo da serventia – O ato de violação de segredo da serventia consiste, na hipótese do colaborador, passar a outrem informações sigilosas, ou tão simplesmente, sem a expressa autorização do empregador, informações essas que podem ser relacionadas à: projetos, documentos internos, métodos de execução, enfim tudo aquilo que é de conhecimento do colaborador, ou não, mas que com a devida segurança não faz parte do conhecimento público.
- Ato de indisciplina e insubordinação – Quando um colaborador desrespeita as normas, circulares, regulamentos e diretrizes gerais da serventia, o ato de indisciplina é configurado. Já a insubordinação tem como característica o descumprimento de ordens pessoais dadas pelo chefe a determinado colaborador ou grupo.
- Ato lesivo da honra ou boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem - ocorre quando o colaborador desfere contra seus colegas ou superiores gestos ou palavras ofensivas, mas que não sejam habituais no trabalho e nem correspondam a hábitos do colaborador derivados de suas origens territoriais e aspectos educacionais.

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil
Folha	22 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA		
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:				
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:				
				Revisão: 04 Data Revisão 26/03/2025 Vigência Mar/2026
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada	
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.				

- Mal procedimento – caracteriza-se com o comportamento incorreto, irregular do colaborador, através da prática de atos que firam a discrição pessoal, o respeito, que ofendam a dignidade, tornando impossível ou sobremaneira onerosa a manutenção do vínculo empregatício, e que não se enquadre na definição das demais justas causas.

Os itens acima são passíveis de demissão por justa causa.

Quando um empregado julgar que há uma disfunção em determinada norma, ele deverá recorrer ao(s) seu(s) titular/substitutos imediato(s) e solicitar uma revisão dessa norma. A mesma será reavaliada pelo departamento de RH e/ou titular e poderá ser revisada.

Em relação aos colaboradores, qualquer ato deverá ser registrado e arquivado na Ficha Individual do Empregado.

Fornecedores e demais parceiros:

Seguindo o nosso *Compliance* e, de acordo com os artigos legais, sob análise, podem ser aplicadas aos particulares (fornecedores e demais partes interessadas) as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito;
2. Multa (em caso de contratos), e;
3. Suspensão temporária, por prazo não superior a 01 (um) ano
4. Exclusão no quadro de fornecedores.

As situações envolvendo fornecedores e demais partes interessadas serão analisadas e decididas pelo Ouvidor/Titular.

26. Compliance

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil
Folha	23 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA		
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:				
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:				
				Revisão: 04 Data Revisão 26/03/2025 Vigência Mar/2026
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada	
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030 da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.				

Todos os processos deverão ser executados, utilizando-se controles e procedimentos fundamentados nas diretrizes do Cartório, no intuito de atender as necessidades da “Governança Corporativa” no cumprimento da sua missão, bem como, no atendimento as melhores práticas do mercado, as determinações de regulação e principalmente dos regulamentos legais, no cumprimento das leis e regulamentos nacionais e internacionais.

A serventia implementa programas de Integridade/*compliance* (com parâmetro a Lei nº 12.846/2013) **ISO 19600 – Compliance e ISO 37001 – Anti Suborno** e ações documentadas (vide documento Programa de Integridade), com monitoramento constante (através de indicador estratégico) da fiscalização da conduta dos prepostos do titular.

27. Agenda 2030 da ONU – Organização das Nações Unidas

Este Código de Ética está alinhando a Agenda 2030 da ONU – Organização das Nações Unidas, estando vinculado aos seguintes ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:



Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil		
Folha	24 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA				
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:					Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:					Data Revisão	26/03/2025
		Vigência		Mar/2026		
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada			
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030 da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.						



Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil		
Folha	25 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA				
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:					Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:					Data Revisão	26/03/2025
		Vigência		Mar/2026		
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada			
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.						

ESTAMOS CIENTES:

Nome do Colaborador	Cargo/função	Assinatura
Aldemir Marreiro da Silva Júnior	Escrevente Autorizado	
Ana Sâmela dos Santos Lima	Estagiária	
Antônio Sérgio Milfont Castro	Escrevente Autorizado	
Cassiana Silva Sampaio	Oficial Substituta	
Catiana Silva Sampaio	Assistente Administrativo	
Ednilia Henrique Barreto de Moraes	Analista financeiro	
Lucas Neves Ferreira Gomes	Oficial Substituto	
Marcos Antônio Silva Rodrigues	Escrevente Autorizado	
Maria do Socorro H. da Silva Leôncio	Oficial Substituta	
Marília Silva Daniel	Auxiliar de Cartório	
Milena da Costa Moreira	Auxiliar de Cartório	
Pedro Victor Duarte Costa	Oficial Substituto	

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil		
Folha	26 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA				
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass:					Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:					Data Revisão	26/03/2025
				Vigência	Mar/2026	
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada			
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.						

Ronaldo Adriano Oliveira do Carmo	Oficial Substituto	
Samia Maria dos Santos Lima	Oficial Substituta	
Sandra Maria Lemos Batista	Serviços Gerais	
Valéria Silva Soares	Auxiliar de Cartório	
Valdizia da Silva Moreira	Serviços Gerais	
Victor Lira Pereira de Andrade	Auxiliar de Cartório	

Data	18/05/2020	PROCEDIMENTO SISTÊMICO		 CARTÓRIO Elinalva Henrique 2º Ofício de Pacatuba-CE • Brasil		
Folha	27 de 27	CÓDIGO DE ÉTICA				
Elaboração: Nome: Marília e Pedro Ass.:					Revisão: 04	
Aprovação: Nome: Elinalva Henrique da Silva Ass.:					Data Revisão	26/03/2025
				Vigência	Mar/2026	
ODS-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		(x) Original () Cópia Nº ____	Cópia: () Controlada () Não Controlada			
Alterações: Rev 01 – Inclusão - do item 12 – Saúde e Segurança no Trabalho; item 15 – Lei Geral de Proteção de Dados; item 16 – Comitê de Ética; item 17 – Canais de Denúncia; item 25 – Agenda 2030da ONU; Anexo I e II; Alteração – Cabeçalho com inclusão do ODS da Agenda 2030; item 1 – Identidade organizacional; item 2 – Princípios; item 6 – Integridade Profissional e Pessoal; item 7 – Da relação com seus Fornecedores e Parceiros; item 14 – Roubo e/ou Uso Indevido dos Bens da Serventia; item 17 - Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 19 – Uso dos Meios Eletrônicos de Comunicação; item 21 – Meio Ambiente; item 23 – Medidas Disciplinares. Rev 02 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional; Rev 03 – Alteração – item 1 – Identidade Organizacional – Inclusão – Item 15 – LGPD e Item 24 – Compliance – item 15 – prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e sonegação fiscal; Rev. 04 – Visão 2025; Inclusão do tópico 13. Violência contra a mulher; Inclusão do provimento 161/2024 do CNJ.						

CONTROLE DE CÓPIAS EMITIDAS			
DATA	EMITIDO PARA	Nº	Ass.: